

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO - SRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO/2011

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO - SRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade consolidada: Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil.

BRASÍLIA, 03/2011

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CGRA – Coordenação-Geral de Reordenamento Agrário
CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
DN – Decisão Normativa
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária
LOA – Lei Orçamentária Anual
LPI – Licitação Pública Internacional
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCI – Órgão de Controle Interno
OET – Órgão Estadual de Terras
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA – Plano Plurianual
RP – Restos a Pagar
SGT – Sistema de Gestão Territorial
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPOA - Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração
SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	6
2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	7
3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	10
4. PROGRAMAS E AÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	12
4.1. Execução física das ações realizadas pela UJ	12
4.1.1. Programa Cadastro de terras e Regularização Fundiária no Brasil	12
4.1.2. Programa Arca das Letras	16
5. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	16
5.1. Programação orçamentária das despesas	16
5.2. Execução orçamentária das despesas	18
5.3. Indicadores institucionais	19
6. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22
7. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	23
8. TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	25
9. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	29
10. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA	29
11. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	30
12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	31
13. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	32
14. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	32
15. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	33
16. AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	34

Introdução

O presente Relatório de Gestão tem como objetivo atender à DN TCU Nº 107, de 27 de outubro de 2010, que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010, dentre as quais consta a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do desenvolvimento Agrário. O relatório segue as orientações constantes da Portaria TCU Nº 277, de 7 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão.

O Relatório de Gestão da SRA está estruturado em 14 itens. O primeiro deles traz a apresentação da Unidade Jurisdicionada, bem como a identificação da unidade consolidada. Em seguida, listam-se as responsabilidades institucionais da UJ e o trabalho desenvolvido pela SRA.

O Item 3 trata da estratégia de atuação da UJ frente às responsabilidades institucionais, trazendo um histórico das principais conquistas alcançadas nos últimos anos pelas ações empreendidas pela Secretaria.

O Item 4 está focado nas ações de responsabilidade da SRA, apresentando o demonstrativo da execução física e os fatores positivos e negativos que impactaram a gestão destas ações ao longo do exercício de 2010.

Em seguida, apresentam-se os conteúdos de desempenho orçamentário e financeiro, referentes à programação e execução orçamentária das despesas, assim como os indicadores institucionais da UJ. É importante destacar que os quadros referentes à movimentação orçamentária por grupo de despesa, créditos não originários da UJ e despesas por modalidade de despesa foram elaborados para todo o Ministério do Desenvolvimento Agrário pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MDA visando compor o Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MDA, e não constam, portanto, deste relatório. No Item 6 constam os pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores, e comentários acerca da permanência de RP por mais de um exercício.

Em seguida, no Item 7, trata-se da questão de recursos humanos, lembrando que o quadro de servidores inativos não foi apresentado em função de não se aplicar ao caso da SRA. Em relação aos quadros de prestação de serviços com locação de mão-de-obra, informamos que este tipo de contrato é realizado na SPOA/MDA, não sendo objeto, portanto, deste relatório. O item 8 traz informações sobre as transferências efetuadas no exercício e o Item 9 sobre os registros atualizados no SIASG e no SICONV.

No Item 10 estão relacionados os servidores que apresentaram declaração de bens e rendas, conforme obrigação estabelecida na Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, e no Item seguinte (11) consta a estrutura de controles internos da SRA.

No Item 12 estão elencadas as recomendações do órgão de controle interno. Ressalta-se que não houve deliberações do Tribunal de Contas da União no exercício, motivo pelo qual este item não será apresentado no relatório. O Item 13 é composto pelas declarações do contador responsável pelas Unidades Gestoras ligadas à SRA.

Apresentamos no Item 14 a avaliação do andamento do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, executado com o suporte do Contrato de Empréstimo Nº 1633-OC/BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Alguns dos conteúdos estabelecidos na DN TCU Nº 107 para serem apresentados por órgãos da administração direta do poder executivo não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada. É o caso do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, gestão de Bens Imóveis de Uso Especial, cartão de pagamento e renúncias tributárias sob gestão da UJ.

Há, ainda, itens que serão apresentados no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MDA, pois são de responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Neste caso se enquadram as informações sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis, e gestão de tecnologia de informação.

Por fim, cabe destacar que o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), não está sendo objeto deste Relatório de Gestão em função de apresentar Relatório Individual.

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1: Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Reordenamento Agrário			
Denominação abreviada: SRA			
Código SIORG: 44988		Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: Não se aplica
Situação: Ativa			
Natureza jurídica: Órgão público			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2020-0885	(061) 2020-0700	(061) 2020-0508
Endereço Eletrônico: sra@mda.gov.br			
Página da internet: www.mda.gov.br/sra			
Endereço postal: Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 1 – Ed. Palácio do Desenvolvimento – 10º Andar – Brasília/ DF – CEP 70.057-900.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação		Código SIORG
Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil	Ativa		Não se aplica
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.255 de 04/08/2010			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Contrato de Empréstimo 1633/OC-BR; Resolução do Senado Federal nº 66 de 2005 de 25/11/2005; Portaria de Criação da UGN nº 39 de 20 de julho de 2007.			
Manuais e Publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regulamento Operativo do Programa (ROP); Manual de Cadastro e Regularização Fundiária (MCRF); Manual do Usuário SGT; Tutorial do SGT.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
UG 490020	Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil		
UG 490009	Secretaria de Reordenamento Agrário		
Gestões relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestão 00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
UG 490020		Gestão 00001	
UG 490009		Gestão 00001	

2. Responsabilidades institucionais da unidade

Segundo o Decreto nº 7.255, de 04 de agosto de 2010, a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SRA/MDA tem como responsabilidades institucionais:

I - formular, propor e implementar políticas públicas nacionais e diretrizes de reordenamento agrário, em particular mecanismos complementares de acesso à terra, de crédito fundiário, de desenvolvimento e integração de assentamentos rurais e de regularização fundiária;

II - promover a adequação das políticas públicas de reordenamento agrário, especialmente das políticas de crédito fundiário, consolidação e desenvolvimento de assentamentos e regularização fundiária, às necessidades do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, compatibilizando-as com outras iniciativas existentes;

III - promover a articulação das ações governamentais de reordenamento agrário, objetivando sua execução descentralizada e integrada com Estados, Municípios e sociedade civil organizada;

IV - coordenar esforços para a redução da pobreza no meio rural, mediante o acesso à terra, a geração de ocupação produtiva e a melhoria da renda e da qualidade de vida dos trabalhadores rurais;

V - contribuir, através de projetos e programas específicos, para a elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas para a convivência com o semiárido;

VI - supervisionar, por intermédio de mecanismos de acompanhamento interinstitucionais, os programas de reordenamento agrário;

VII - formular diretrizes, em conjunto com a Secretaria da Agricultura Familiar e o INCRA, para a aplicação do crédito produtivo dos assentamentos do Crédito Fundiário e da Reforma Agrária (Pronaf “A”), bem como da capacitação e assistência técnica;

VIII - promover estudos e diagnósticos sobre as políticas de reordenamento agrário e de acesso à terra e sobre os efeitos econômicos e sociais da macro política econômica e social do governo na estrutura fundiária e na sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária, bem como avaliações de impacto das políticas de reordenamento agrário;

IX - apoiar e participar de programas de pesquisa, assistência técnica, extensão rural, apoio à inovação tecnológica e ao acesso aos mercados, crédito, capacitação e profissionalização de assentados da reforma agrária e agricultores familiares;

X - manter estreita articulação com os demais programas sociais e culturais do Governo, com o objetivo de integrar interesses convergentes das comunidades e dos territórios rurais e mobilizar recursos direcionados às comunidades envolvidas nos programas de reordenamento agrário;

XI - promover programas de desenvolvimento e integração dos assentamentos rurais e das comunidades envolvidas nos programas de reordenamento agrário;

XII - promover a adoção de práticas de gestão e proteção ambiental nas comunidades envolvidas nos programas de reordenamento agrário;

XIII - assegurar, nos programas de reordenamento agrário, a participação da sociedade civil e mecanismos de controle social;

XIV - promover a formalização de acordos ou convênios com Estados, Distrito Federal, Municípios, organizações da sociedade civil, agentes financeiros e outros, visando a implementação das políticas de reordenamento agrário, em particular de crédito fundiário e desenvolvimento e integração de assentamentos rurais; e

XV - gerir o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998.

O trabalho desenvolvido pela Secretaria de Reordenamento Agrário, ao longo do exercício de 2010, buscou promover a articulação das ações governamentais de reordenamento agrário, por meio da execução descentralizada de seus programas.

As principais ações desenvolvidas pela SRA no exercício de 2010 foram o Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, o Programa Arca das Letras e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), este último não sendo objeto deste Relatório de Gestão em função de apresentar relatório individual.

Os programas e ações desenvolvidos pela SRA visam, sobretudo, a melhoria das condições de vida da população rural através da conquista gradativa da segurança jurídica advinda do título de propriedade da terra, do acesso a terra por meio de crédito fundiário, e do desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades rurais.

Dentre as ações desenvolvidas pela Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA, destaca-se o Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, que tem como objetivo promover a regularização fundiária em áreas jurisdicionadas aos Estados.

O objetivo geral da ação de Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária é proporcionar a integração de ações do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, na constituição de um cadastro nacional de imóveis rurais. Assim, busca-se executar um amplo programa de regularização fundiária dirigido prioritariamente a pequenos agricultores familiares, que proporcionará segurança jurídica e saneamento do sistema de registro público de imóveis rurais.

O Programa vem garantindo a milhares de agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel e o conhecimento da situação fundiária brasileira, tornando-se um importante instrumento para o planejamento e a proposição de políticas públicas locais, como o crédito rural e a assistência técnica.

A regularização fundiária dirigida aos agricultores familiares traz muitos benefícios para esta parcela da população, tendo como vantagem imediata a valorização da terra proporcionada pelo título de posse, que eleva consideravelmente o valor patrimonial do agricultor. O título de propriedade facilita, ainda, o acesso às políticas públicas destinadas para o setor, além do acesso ao crédito rural.

As ações de regularização fundiária têm proporcionado o conhecimento físico e geográfico e a situação ocupacional do País. Além disso, se tem pela primeira vez uma vinculação consistente entre a situação real, o cadastro e o registro, implementando o saneamento do Sistema de Registro de Imóveis, bem como as peças técnicas necessárias para a promoção de um processo de regularização fundiária, com o reconhecimento das posses legítimas e pacíficas e expedição dos respectivos títulos de domínio, além do grande potencial de arrecadação de terras devolutas que poderão ser destinados para a Reforma Agrária, criação de Unidades de Conservação e outros.

A Secretaria de Reordenamento Agrário também desenvolve ações de promoção cultural no meio rural brasileiro, dentre as quais se destaca o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras. O Programa promove o acesso ao livro e incentiva a leitura no meio rural, por meio das ações de implantação de bibliotecas, de formação de agentes de leitura e da distribuição de acervos adequados à diversidade cultural das comunidades rurais brasileiras, atendendo às famílias que vivem nos assentamentos da reforma agrária, nas comunidades de agricultura familiar, de remanescentes de quilombos, indígenas e ribeirinhas e em colônias de pescadores.

O Programa articula ações de diversos ministérios, bem como de outras esferas públicas e privadas, que publicam livros ou produzem informações de interesse para as pessoas que vivem no meio rural. Também integra recursos dos Estados e Municípios a fim de criar condições adequadas para a implantação das bibliotecas. E, ainda, reúne esforços dos movimentos sociais e de órgãos não-governamentais, que colaboram para a chegada do programa às diversas regiões do País.

Como resultado de uma rede de parcerias e da gestão comunitária das bibliotecas, o Programa Arca das Letras vem promovendo a educação, a cultura, o trabalho e o lazer entre as populações do campo, ao disponibilizar às comunidades rurais informações de acordo com seus interesses e necessidades, contribuindo para o desenvolvimento humano no mundo rural.

Além destes dois programas, a SRA desenvolve o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, que reúne as ações de crédito fundiário visando ampliar a redistribuição de terras, consolidar

regimes de propriedade e uso em bases familiares. Este Programa, como dito anteriormente, está sendo apresentado em Relatório de Gestão Individual.

3. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA tem como principal estratégia de atuação promover a articulação das ações governamentais de reordenamento agrário por meio da execução descentralizada de seus programas, que operam através de parcerias com os Estados, prezando pela participação e o controle social.

O Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil abarca ações conjuntas do Governo Federal e governos estaduais para a execução do cadastro georreferenciado de imóveis rurais inseridos em terras devolutas estaduais, com a conseqüente titulação das áreas de posse. As ações de Regularização Fundiária previstas no Programa visam proporcionar segurança jurídica aos agricultores beneficiados, promover o saneamento do sistema de Registro Público de imóveis rurais e proporcionar o conhecimento da malha fundiária dos municípios envolvidos.

Em 2007, o MDA assinou o Contrato de Empréstimo Nº 1633-OC/BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com previsão de duração para 36 meses, dando início à execução do Programa nos 05 Estados selecionados para a consecução das ações- Bahia, Ceará, Minas Gerais, São Paulo e Maranhão. Em 2008, a Licitação Pública Internacional- LPI possibilitou a contratação de empresas para a execução dos serviços de levantamento topográfico cadastral georreferenciado dos imóveis rurais, dando início à etapa referente aos trabalhos de campo, nos quais estão incluídos os serviços de varredura em 41 municípios dos estados participantes do Programa, bem como atividades de cadastro rural. Estes serviços possibilitarão a regularização das áreas de posse identificadas, assim como a retificação dos registros dos imóveis rurais que contenham áreas inferiores a 4 (quatro) módulos rurais.

Em 2009, foram firmados quatro novos convênios em apoio aos estados para o cadastro e a regularização fundiária. O objetivo dessas parcerias consiste em apoiar os estados, por meio dos respectivos órgãos estaduais de terras, nas ações de cadastro e regularização fundiária de competência estadual. Foram investidos nestas parcerias 6,5 milhões de reais para o cadastro e regularização de imóveis, beneficiando principalmente agricultores familiares. Além disso, os convênios firmados visam fortalecer institucionalmente os órgãos estaduais de terras, a fim de se garantir a execução dos projetos e fomentar as ações de cadastro e regularização fundiária.

No exercício de 2010, o maior desafio para esta ação foi consolidar o desenvolvimento do Sistema de Gestão Territorial- SGT, ferramenta que possibilita o conhecimento da malha fundiária nas áreas de abrangência dos convênios celebrados, permitindo ações de planejamento. Outro ponto de destaque foi a utilização da metodologia de varredura, com o levantamento de todos os imóveis rurais dos municípios contemplados, bem como o fortalecimento institucional dos agentes envolvidos no processo de regularização fundiária.

Por outro lado, foi necessário enfrentar dificuldades ao longo do exercício, devido à ocorrência de grande número de litígios, bem como a existência de legislação agrária diferenciada nas Unidades da Federação, o que compromete a celeridade na emissão dos títulos de propriedade. O andamento da regularização também foi afetado pela não realização da Licitação Pública Internacional – LPI/2010, devido à morosidade na tramitação do processo, bem como a ocorrência de rescisão contratual com uma das empresa responsável por levantamentos de campo.

O Programa Arca das Letras, por sua vez, tem promovido o acesso ao livro e o incentivo à leitura no meio rural, por meio das ações de implantação de bibliotecas, de formação de agentes de leitura e da distribuição de acervos adequados à diversidade cultural das comunidades rurais brasileiras. Desde 2007, estão sendo formadas comissões de agentes de leitura nos territórios da cidadania para o acompanhamento sistemático das bibliotecas. Também são realizados encontros territoriais e estaduais entre a coordenação do Programa, os parceiros locais e os agentes de leitura para discussão e encaminhamentos de propostas para aperfeiçoamento das bibliotecas e do trabalho dos agentes de leitura.

Os agentes de leitura também são preparados para identificar, promover e difundir a cultura local. Arca das Letras fez a produção fonográfica da Série Cantos do Semiárido que revelou a artista popular Zabé da Loca, da Paraíba, premiada como Artista Revelação da Música Brasileira em 2009, premiada com a Ordem do Mérito Cultural em 2008 e Mestre da Cultura Popular em 2010. Na mesma série, o Grupo de Negros e Negras do Leitão da Carapuça, de Pernambuco, ganhou o prêmio Mestre da Cultura Popular em 2010, na categoria grupo. Outros artistas do campo são identificados em vários segmentos e, por meio das bibliotecas, revalorizados em suas comunidades e municípios.

Em 2010, iniciou-se a formação da Rede Nacional de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, que deve fortalecer as ações de incentivo à leitura, a pesquisa, a educação e a cultura no campo. As redes estaduais se formam em encontros de agentes de leitura que discutem as propostas e se integram para criação da base da rede nacional.

4. Programas e Ações sobre a responsabilidade da unidade

4.1. Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro 2: Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0138	2272	A	3	-	-	-	-
21	127	0138	8418	A	3	Pessoa capacitada	750	0	1.458
21	127	0138	0574	OP	3	Imóvel regularizado	7.059	3.370	7.891
21	392	1350	2C72	A	3	Biblioteca implantada	603	893	781

Fonte: SIGPLAN e LOA 2011

Legenda (função/subfunção)

Função		Subfunção		Legenda (prioridades)	
				Prioridades	Descrição
21	Organização agrária	392	Difusão cultural	1	Ação do PAC
		122	Administração geral	2	Ação do PPI
		127	Ordenamento territorial	3	Demais ações prioritárias
				4	Ação não prioritária

4.1.1. Programa Cadastro de terras e Regularização Fundiária no Brasil

As ações de cadastro e regularização implementadas pela SRA estão vinculadas ao Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, constante do Plano Plurianual 2008-2011. Esse Programa está sob a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Sob a responsabilidade da Secretária de Reordenamento Agrário encontram-se as Ações 0574 – Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, 8418 – Capacitação dos Beneficiários da Regularização Fundiária e 2272 – Gestão e Administração do Programa.

O Programa 0138 foi inserido no PPA 2004 – 2007 partindo das diretrizes propostas no II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, lançado em novembro de 2003. Este plano prevê variados instrumentos que devem ser utilizados de forma integrada e complementar, visando democratizar o acesso a terra, superar as restrições que o acesso precário impõe à integração produtiva

e promover um novo padrão de desenvolvimento territorial, de acordo com as características de cada região e dos diversos públicos.

A concentração da propriedade da terra e a situação de ilegalidade e instabilidade jurídica da propriedade são sustentadas pela ausência de informações públicas fidedignas e consistentes, que possibilitem a gestão eficaz do território. Nesse sentido, o II PNRA tem como uma de suas prioridades a constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR e a execução de um amplo processo de regularização fundiária, visando à regularização das pequenas posses e à arrecadação e incorporação de terras devolutas ao patrimônio público, seguida de sua destinação; bem como da promoção de ações anulatórias sobre ocupações de terras com registros irregulares. Os instrumentos do poder público para democratizar o acesso a terra seriam os processos de arrecadação de terras devolutas federais e estaduais e de regularização fundiária.

Nesse contexto, o Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, levado a cabo pela Secretaria de Reordenamento Agrário, vem suprir a necessidade de conhecimento da efetiva distribuição, concentração, regime de domínio/posse e uso da terra, de forma a permitir a gestão da estrutura fundiária para garantir a democratização do acesso a terra e a gestão sustentável do território rural. O Programa abarca ações conjuntas do Governo Federal e governos estaduais para a execução do cadastro georreferenciado de imóveis rurais inseridos em terras devolutas estaduais, com a consequente titulação das áreas de posse.

O cadastro dos imóveis rurais tem início com o levantamento de informações numéricas e literais relativas às propriedades como, por exemplo, dados pessoais do produtor, de sua família, condições da propriedade em termos de posse e uso, situação econômica e de exploração do imóvel, dentre outras. Após a coleta das informações numéricas e literais, deve-se realizar o georreferenciamento dos imóveis para garantir a medição precisa e atualizada das propriedades, além de ser uma exigência da Lei 10.267/2001 para imóveis registrados a partir do ano de 2002. Tal sistema de medição prevê a utilização de aparelhos GPS que permitem uma visualização integral das informações topográficas da região, permitindo obter uma medição precisa do imóvel e reduzir as disparidades entre área declarada na escritura e situação real do imóvel. Com base nos cadastros literal e gráfico dos imóveis, é possível identificar os imóveis passíveis de regularização.

A Ação 0574 é processada em duas frentes distintas de trabalho. Uma delas se refere à celebração de convênios com os estados, por meio dos respectivos órgãos de terras, lançando-se mão de recursos do orçamento ordinário do MDA. A outra frente de trabalho conta com o apoio do BID por meio do Acordo de Empréstimo N° 1633/OC-BR, firmado entre o Banco e o MDA para a consecução da ação.

No exercício de 2010, os principais aspectos positivos ocorridos com o Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária dizem respeito ao desenvolvimento de uma ferramenta de gestão dos trabalhos de cadastro e medição, denominada Sistema de Gestão Territorial- SGT, que possibilita o conhecimento da malha fundiária nas áreas de abrangência dos convênios celebrados, permitindo ações de planejamento. Outro ponto positivo foi a utilização da metodologia de varredura, com o levantamento de todos os imóveis rurais do município, bem como o fortalecimento institucional dos Órgãos Estaduais de Terra - OET, através da aquisição de veículos, equipamentos de informática e topográficos.

Houve, ainda, a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a União, por intermédio do MDA e INCRA, e a Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREG/BR, o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB e a Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terras – ANOTER, para adoção de medidas conjuntas relacionadas a atos registrares e outras providências.

Há que se destacar também como aspecto positivo para o ano de 2010, o aumento da equipe da Coordenação Geral de Reordenamento Agrário – CGRA/SRA, com a chegada de dois Agrônomos e um Agrimensor, servidores efetivos do próprio MDA e, ainda, a realização de parcerias com os movimentos sociais, sindicais e organizações não governamentais.

Os aspectos negativos, por sua vez, ficaram a cargo dos entraves legais nas ações de regularização fundiária, devido à ocorrência de grande número de litígios, bem como a existência de legislação agrária diferenciada em cada Unidade Federativa.

No ano de 2010, a ação de Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil realizou 48% da meta de 7.059 imóveis prevista para o exercício. Foram regularizados 3.370 imóveis e garantida a segurança jurídica dominial e o acesso às políticas públicas dos beneficiários, além do conhecimento da malha fundiária da área de abrangência dos convênios, cadastrando 13.116 e georreferenciando 12.470 imóveis rurais.

Cabe ressaltar que a meta física da ação 0574, originalmente de 10 mil famílias, foi reduzida para 7.059 em função da perda de 5 milhões na dotação inicial estabelecida na LOA, conforme consta no SIGPLAN.

O não alcance da meta prevista de deve, principalmente, ao atraso nas atividades de cadastro, georreferenciamento, e titulação. A ação de Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil foi impactada pelas pendências geradas por questões judiciais, sob a forma de litígios, falta de documentos pessoais dos beneficiários e atrasos nos processos licitatórios.

No que se refere especificamente ao Acordo de Empréstimo Nº 1633/OC-BR, houve sério comprometimento das metas por conta do baixíssimo desempenho de uma das empresas contratadas

para medição dos imóveis (detentora de quatro dos seis contratos de georreferenciamento decorrentes de licitação internacional) e que resultou no encaminhamento para a rescisão desses quatro contratos, três dos quais já ultimados. Somado a isso, o ritmo de trabalho das duas outras empresas contratadas na mesma data (dezembro/2008) ficou muito abaixo do previsto. Todas essas circunstâncias colaboraram para o atraso nas atividades.

Cabe ressaltar, ainda, que somente após a finalização dos trabalhos de medição os Órgãos Estaduais de Terras podem realizar a titulação dos imóveis. Dessa forma, os convênios firmados diretamente com os ÓET's tiveram prazo aditado para o final de 2011, devido ao atraso no cronograma de execução das ações.

A Ação 8418 – Capacitação dos Beneficiários da Regularização Fundiária – é uma ação orçamentária integrante do PPA 2008-2011 para a capacitação e mobilização dos beneficiários da regularização fundiária para o acesso às políticas públicas. O objetivo desta ação é promover a qualificação dos beneficiários da regularização fundiária e do público potencial, com vistas a mobilizar, organizar e otimizar o alcance dos resultados, assegurando assim o seu acesso a políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das famílias pobres do meio rural e a consolidação das unidades produtivas objeto da regularização fundiária.

Dessa forma, busca-se fomentar o desenvolvimento sustentável nas áreas regularizadas através da conscientização dos beneficiários sobre as políticas públicas disponíveis, tais como crédito rural, assistência técnica, educação, infra-estrutura, produção, saúde e saneamento, dentre outras. As atividades realizadas no âmbito da ação 8418 dão continuidade à ação governamental referente à regularização fundiária, pois, com o acesso às políticas públicas, os agricultores beneficiários inserem-se no processo de desenvolvimento rural sustentável que constitui meta do Governo Federal.

Os problemas enfrentados pela ação 8418 em 2010 estão relacionados ao atraso nas atividades de titulação do mesmo público-alvo da ação de capacitação. Os dois convênios de capacitação celebrados, um com a FETAGAL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas) e outro com uma ONG sediada em Pernambuco, o Instituto de Cidadania do Nordeste (ICN), não tiveram execução física no exercício de 2010, em função de descompassos com os correspondentes convênios de regularização fundiária sob responsabilidade direta dos respectivos Órgãos Estaduais de Terras impedindo, em consequência, a entrega dos títulos da terra aos agricultores beneficiários, condição *sine qua non* para que a capacitação em políticas públicas pudesse ser deflagrada.

4.1.2. Programa Arca das Letras

A ação 2C72 - Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras - tem como objetivo incentivar a leitura de forma a promover a educação, a cultura, o trabalho e o entretenimento entre as populações do campo, contribuindo para o desenvolvimento humano no mundo rural.

A ação consiste na implantação de bibliotecas rurais com a participação das comunidades locais em seu planejamento e desenvolvimento, mediante a capacitação de agentes comunitários de leitura para a gestão autônoma e coletiva das atividades. Cada biblioteca rural é formada inicialmente com 220 livros, que são selecionados e organizados em acervos adequados às necessidades, interesses e características culturais e produtivas das comunidades.

As ações e parcerias desenvolvidas pela Arca das Letras se desdobraram conforme suas áreas de afinidades e o Programa já alcança todos os estados do país, tendo chegado a mais 8 mil comunidades. Os mais de 1,6 milhões de livros distribuídos nas bibliotecas circulam nas mãos de aproximadamente 903 mil famílias do campo, o que vem promovendo uma dinâmica fluida de acesso à informação e de ampliação do conhecimento no meio rural brasileiro. Foram, ainda, capacitados 14 mil agentes de leitura que fazem a gestão das bibliotecas comunitárias e mantêm a dinâmica de acesso e compartilhamento do conhecimento no campo.

No ano de 2010, o Programa Arca das Letras implantou 893 bibliotecas, superando a meta prevista para o exercício e atingindo um nível de execução de 148%. Isso se deve, principalmente, à rede de parcerias consolidada pelo Programa e que propicia a ampliação das metas estabelecidas a cada ano. O Programa atuou em 337 municípios e capacitou 1.483 agentes de leitura, promovendo o acesso de mais de 109 mil famílias aos 187 mil livros distribuídos.

Em 2010, iniciou-se, ainda, a formação da Rede Nacional de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, que deve fortalecer as ações de incentivo à leitura, a pesquisa, a educação e a cultura no campo. As redes estaduais se formam em encontros de agentes de leitura que discutem as propostas e se integram para criação da base da rede nacional.

5. Desempenho orçamentário e financeiro

5.1. Programação orçamentária das despesas

Quadro 3: Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Desenvolvimento Agrário	49101	490002

Quadro 4: Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes					
	1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
PLOA	-	-	-	-	12.304.912,00	15.800.000,00
LOA	-	-	-	-	14.304.912,00	15.800.000,00
CRÉDITOS	-	-	-	-	-1.486.000,00	-5.000.000,00
Total	-	-	-	-	12.818.912,00	10.800.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 5: Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa de Capital					
	4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
PLOA	1.050.000,00	2.554.912,00	-	-	-	-
LOA	1.550.000,00	2.554.912,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	-371.000,00	-	-	-	-	-
Total	1.179.000,00	2.554.912,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 6: Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
PLOA	12.304.912,00	15.800.000,00	1.050.000,00	2.554.912,00	-	-
LOA	14.304.912,00	15.800.000,00	1.550.000,00	2.554.912,00	-	-
CRÉDITOS	-1.486.000,00	-5.000.000,00	-371.000,00	-	-	-
Total	12.818.912,00	10.800.000,00	1.179.000,00	2.554.912,00	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Conforme se observa nas tabelas acima, houve perda de 5 milhões no orçamento de 2010 para as despesas correntes, mais especificamente na ação 0574 – Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, gerida pela Secretaria de Reordenamento Agrário. No entanto, não houve impacto na referida ação decorrente das alterações ocorridas na programação orçamentária.

O quadro referente à movimentação orçamentária por grupo de despesa foi elaborado para todo o Ministério do Desenvolvimento Agrário pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, visando compor o Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MDA e não consta, portanto, deste relatório.

5.2. Execução orçamentária das despesas

Quadro 7: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	10.116.786	5.007.736	10.116.786	5.007.736	10.445.268	14.434.239	5.927.834	5.623.501
41 - Contribuições	4.453.400	4.186.745	4.453.400	4.186.745	537.456	1.384.820	2.949.601	2.525.820
33 - Passagens e despesas com locomoção	133.724	371.972	133.724	371.972	31.762	14.795	79.934	444.548
39 - Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	5.363.847	222.436	5.363.847	222.436	9.872.377	13.030.951	2.732.485	2.426.549
Demais elementos do grupo	165.815	226.584	165.815	226.584	3.672	3.672	165.815	226.584

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs: “Valores pagos” = valores pagos em 2010 + restos a pagar não processados pagos em 2010.

Quadro 8: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	990.026	163.280	990.026	163.280	300.000	300.000	100.000	990.026
41 - Contribuições	990.026	163.280	990.026	163.280	300.000	300.000	100.000	990.026
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs: “Valores pagos” = valores pagos em 2010 + restos a pagar não processados pagos em 2010.

Em 2010, os principais grupos de despesa para as despesas correntes foram contribuições, passagens e despesa com locomoção, seguidos de outros serviços de terceiros – pessoa jurídica. Para as despesas de capital houve despesas apenas no grupo de contribuições.

Não houve impacto na gestão orçamentária provocado pelo contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício de 2010, embora as ações de responsabilidade da SRA tenham sofrido contingenciamento de 5,4 milhões de reais.

No entanto, a não realização da Licitação Pública Internacional – LPI/2010, que estava prevista dentre as realizações da ação 0574, devido à morosidade na tramitação do processo, constitui um dos eventos negativos que prejudicou a execução orçamentária. A rescisão de quatro contratos com uma das empresas responsáveis por levantamentos de campo e o ritmo de trabalho de outras empresas abaixo do previsto também foram fatores que comprometeram a execução orçamentária no ano de 2010.

Os quadros referentes a créditos não originários da UJ e o quadro de despesa por modalidade de despesas foram elaborados para todo o Ministério do Desenvolvimento Agrário pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, visando compor o Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MDA e não constam, portanto, deste relatório.

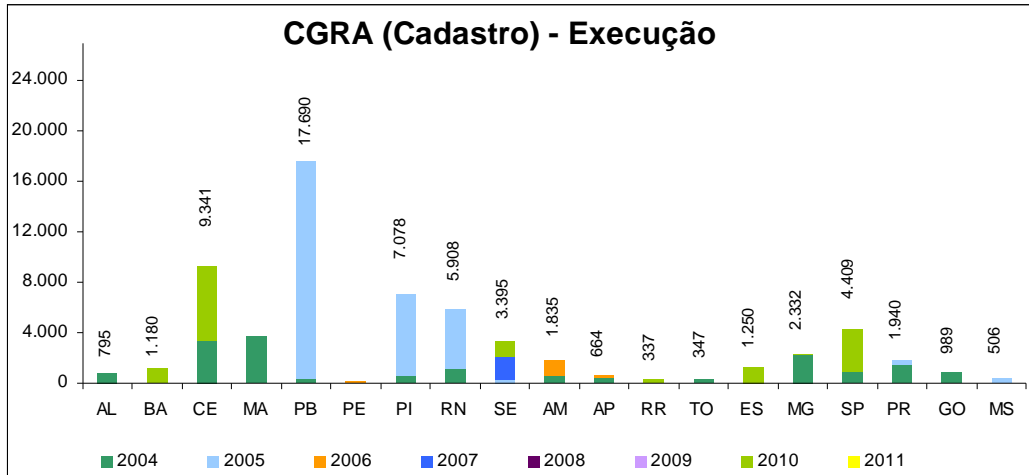
5.3. Indicadores institucionais

Com o objetivo de subsidiar a decisão de seus gestores, monitorar e gerir a execução de seus programas, a SRA desenvolveu o Painel de Indicadores, uma publicação semanal que visa acompanhar sistematicamente as ações desempenhadas no âmbito da Secretaria.

A construção dos indicadores de desempenho que permitem acompanhar a atuação dos programas tem por base dados constantes dos Sistemas de Informação da SRA, que contém informações relevantes sobre a dinâmica dos programas, como quantidade e distribuição de beneficiários. O Painel foi criado no ano de 2004 e possui uma série histórica de indicadores semanais que data desde esse período, tendo sido aperfeiçoado ao longo dos anos até chegar ao formato atual.

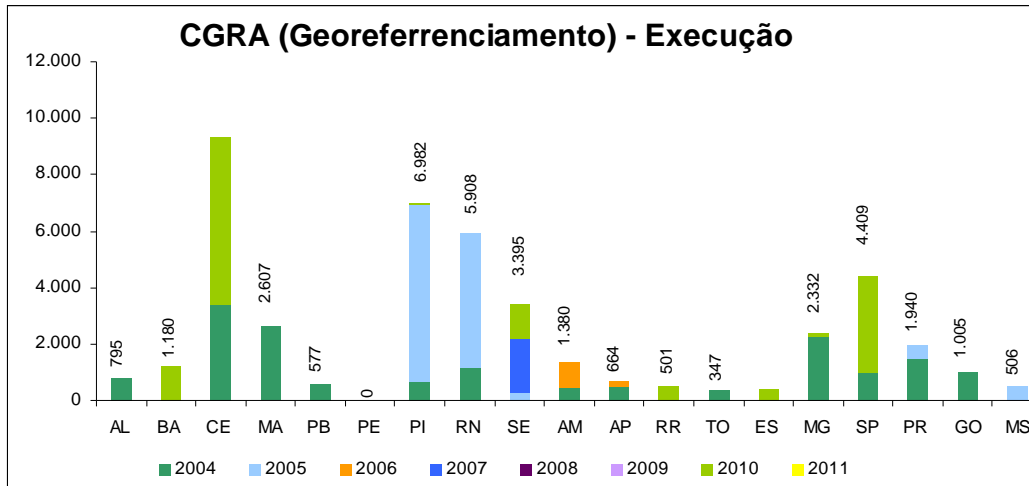
O Painel de Indicadores da SRA oferece informações sobre os números de cadastros, titulações e georreferenciamentos realizados no âmbito da ação de Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, por ano e Unidade Federativa. Esse controle visa avaliar o desempenho das ações de regularização fundiária nos diversos estados que operam o Programa.

Gráfico 1 – Imóveis Cadastrados por UF e Ano.



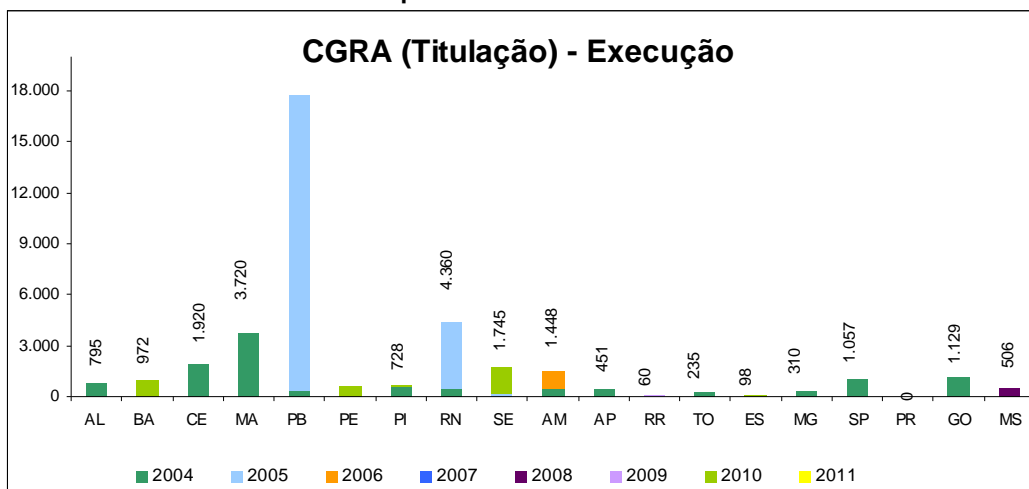
Fonte: CGRA, em 22-03-11

Gráfico 2 – Imóveis Georreferenciados por UF e Ano.



Fonte: CGRA, em 22-03-11

Gráfico 3 – Imóveis Titulados por UF e Ano.

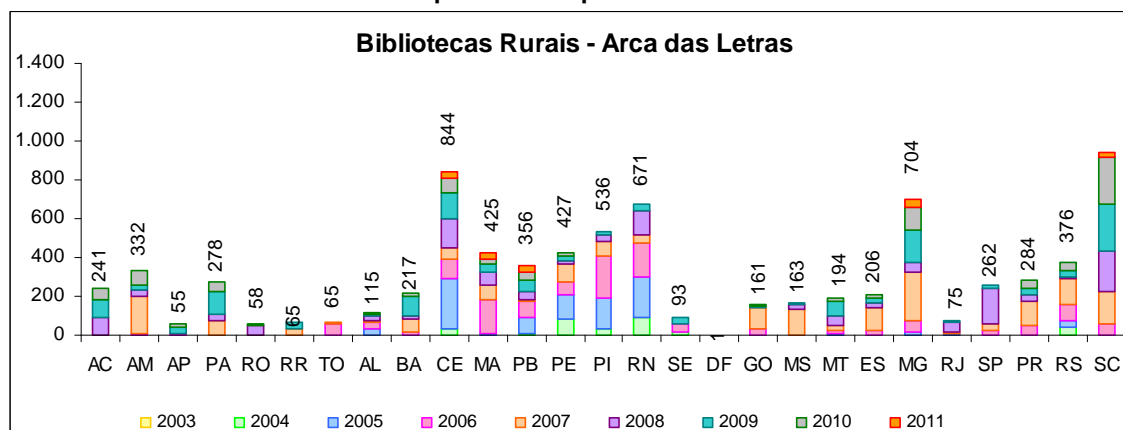


Fonte: CGRA, em 22-03-11

Observação: A metodologia para contabilização da execução considera os anos de formalização dos convênios com os estados.

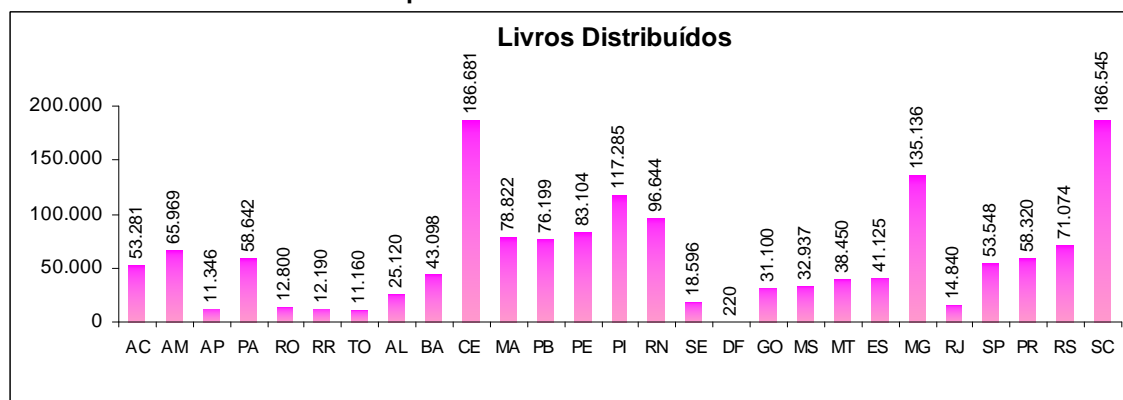
O desempenho do Programa Arca das Letras também é avaliado por meio do acompanhamento sistemático das ações realizadas, levando em consideração o número de bibliotecas implantadas, livros distribuídos, famílias e municípios beneficiados, bem como a quantidade de agentes de leitura capacitados.

Gráfico 4 – Bibliotecas rurais implantadas por UF e Ano.



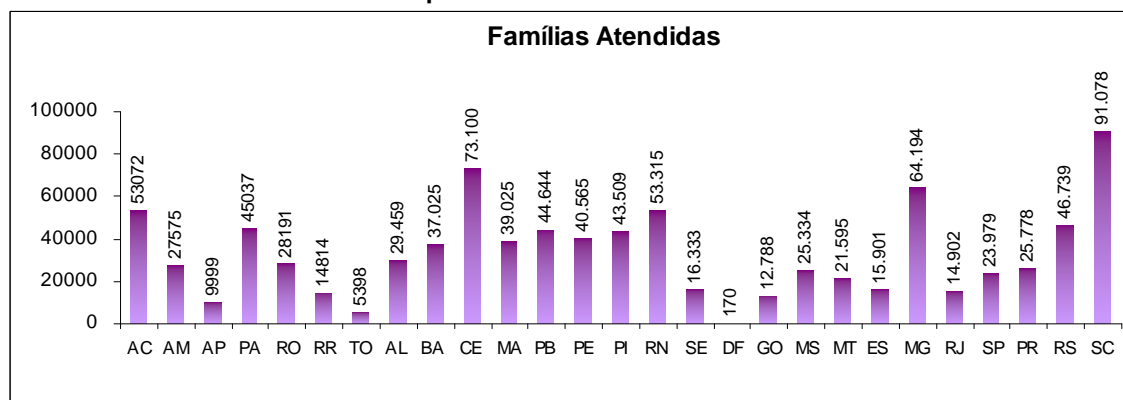
Fonte: Sistema Arca das Letras, em 22-03-11

Gráfico 5 – Livros distribuídos por UF e Ano.



Fonte: Sistema Arca das Letras, em 22-03-11

Gráfico 5 – Famílias atendidas por UF e Ano.



Fonte: Sistema Arca das Letras, em 22-03-11

6. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 9: Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
-	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	10.593.091,03	806.431,13	3.666.284,74	6.120.375,16
2008	13.315.045,42	1,00	4.969.700,13	8.345.344,29
2007	6.665.550,37	1.562.585,44	4.834.444,94	268.519,99

Observação 1 - O Decreto nº 7.057 de 29 de dezembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 30.12.2009 - Edição extra, prorrogou a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.

Observação 2 - O Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010, publicado no DOU de 31.12.2010 - Edição extra, prorrogou até 30 de abril de 2011, o prazo de validade dos restos a pagar não-processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009.

Fonte: SIAFI Operacional

Quase 100% do saldo de restos a pagar em 31/12/2010 diz respeito às ações 0574 – Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, e 2272 – Gestão e Administração do Programa, ambas ligadas ao Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.

As razões para a permanência de Restos a Pagar por mais de um exercício financeiro estão relacionadas ao atraso na execução das atividades de regularização fundiária conveniadas, decorrentes em parte por mudanças de regime jurídico e mudanças administrativas de alguns Órgãos Estaduais de Terra – OET, lentidão dos processos licitatórios a cargo dos OET's e atraso nos serviços de campo executados pelas empresas. Os aspectos positivos que facilitam a gestão de Restos a Pagar são a garantia da continuidade das ações, mantendo as parcerias em vigência.

7. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Quadro 10: Composição do Quadro de Recursos Humanos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		0		
1.1 Membros de poder e agentes políticos		0		
1.2 Servidores de Carreira		0		
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		12	4	5
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		1		1
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		0		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos federais		0		
1.3 Servidores com Contratos Temporários		0		
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		0		
1.4.1 Cedidos		0		
1.4.2 Removidos		0		
1.4.3 Licença remunerada		0		
1.4.4 Licença não remunerada		0		
2 Provimento de cargo em comissão		0		
2.1 Cargos Natureza Especial		0		
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior		0		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		1	1	
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		2		
2.2.3 Servidor de outros órgãos federais		7	2	
2.2.4 Servidor de outros órgãos e esferas		0		
2.2.5 Sem vínculo		21	6	7
2.2.6 Aposentado		0		
2.3 Funções gratificadas		0		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		0		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		1		
2.3.3 Servidor de outros órgãos federais		0		
3 Celetistas		0		
4 Estagiários		9	9	4
TOTAL		54	22	17

Fonte:Dados extraídos do Siae através do aplicativo DWSiae em 02/03/2011

Quadro 11: Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					TOTAL
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
Ativo permanente	9	2	2			13
Requisitado		1	2	4		7
Nomeado Cargo em Comissão	8	4	6	2	1	21
Exerc. Descent. Carreiras				1		1
Exerc. Parágrafo 7º Art. 93 8112	2	1				3
Estagiário	9					9
TOTAL	28	8	10	7	1	54

Fonte:Dados extraídos do Siae através do aplicativo DWSiae em 02/03/2011

Quadro 12: Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Ativo permanente					1	12				13
Requisitado					1	6				7
Nomeado Cargo em Comissão					11	10				21
Exerc. Descent. Carreiras						1				1
Exerc. Parágrafo 7º Art. 93 81						3				3
Estagiário					1	8				9
TOTAL	0	0	0	0	14	40	0	0	0	54

Fonte: Dados extraídos do Siape através do aplicativo DWSiape em 02/03/2011

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Quadro 13: Custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2009	21.783,76		24.670,61	1.448,25	0	5.506,68	0	53.409,30
2010	267.879,15	0	354.466,40	21.336,50	0	58.934,63	0	702.616,68
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	8.208,57	1.319.776,07	178.912,00	39.025,88	760,95	38.426,82	63,66	1.585.173,95
2009	16.403,29	1.340.556,13	217.640,16	53.114,55	2.316,81	43.747,71	344,63	1.674.123,28
2010	18.556,58	1.338.596,43	208.279,56	30.074,06	599,01	93.415,68	0	1.689.521,32
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas								
2008		4.833,63	617,74	131,15				5.582,52
2009		6.157,69	631,51	140,33	0			6.929,53
2010		7.508,94	631,51	140,33	0	320		8.600,78
Estagiários								
2008	9.624,57							9.624,57
2009	11.561,28				3.150,00			14.711,28
2010	25.851,04				7.500,00			33.351,04
Total	379.868,24	4.017.428,89	985.849,49	145.411,05	14.326,77	240.351,52	408,29	5.783.644,25

Fonte: Dados extraídos do Siape através do aplicativo DWSiape em 02/03/2011

Valores de ressarcimento pagos referente aos servidores cedidos ao MDA

Unidade	Ano	Valor
SRA	2008	104.308,16
	2009	121.065,00
	2010	184.617,70
Total		409.990,86

Fonte: Dados extraídos dos processos de ressarcimento

Quadro 14: Composição do Quadro de Estagiários

Unidade	Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
SRA	2º Grau				1	1.429,33
SRA	Superior	3	3	5	9	31.269,71
Total		3	3	5	10	32.699,04

Fonte: Dados extraídos do Siape através do aplicativo DWSiape em 02/03/2011

O quadro referente a servidores inativos não foi apresentado em função de não se aplicar ao caso da Secretaria de Reordenamento Agrário. Em relação aos quadros de prestação de serviços com locação de mão-de-obra, informamos que este tipo de contrato é realizado na SPOA/MDA, não sendo objeto, portanto, deste relatório.

8. Transferências efetuadas no Exercício

Quadro 15: Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério do Desenvolvimento Agrário									
CNPJ: 01.612.452/0001-97					UG/GESTÃO: 490009/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	751108/2010	12.180.345/0001-53	122.441,00	17.752,00	0,00	0,00	31/12/10	30/12/11	1
1	751127/2010	06.003.967/0001-03	180.105,00	19.430,00	0,00	0,00	30/12/10	31/08/11	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: CGRA/SRA/MDA

Quadro 16: Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Ministério do Desenvolvimento Agrário						
CNPJ: 01.612.452/0001-97				UG/GESTÃO: (490020/490011/49009)00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	5	7	2	1.190.000,00	3.614.841,00	0
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	5	7	2	1.190.000,00	3.614.841,00	0

Fonte: CGRA/SRA/MDA

Quadro 17: Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Desenvolvimento Agrário					
CNPJ: 01.612.452/0001-97			UG/GESTÃO: (490020/490011/49009)00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	16	17.090.921,13	11.056.075,34	6.034.845,79	64,69
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	16	17.090.921,13	11.056.075,34	6.034.845,79	64,69

Fonte: CGRA/SRA/MDA

Quadro 18: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente						
Nome: Ministério do Desenvolvimento Agrário						
CNPJ: 01.612.452/0001-97			UG/GESTÃO: (490020/490011/49009)00001			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados				Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
					Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		2	-	
		Montante Repassado		1.433.266,44	-	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		-	-
			Montante Repassado (R\$)		-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-
			Montante Repassado (R\$)		-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade		5	-	
		Montante Repassado (R\$)		2.359.610,00	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-	
		Montante Repassado (R\$)		-	-	
2008	Contas prestadas	Quantidade		7	-	
		Montante Repassado (R\$)		1.842.207,80	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-	
		Montante Repassado (R\$)		-	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-	
		Montante Repassado (R\$)		-	-	

Fonte: CGRA/SRA/MDA

Quadro 19: Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Desenvolvimento Agrário					
CNPJ: 01.612.452/0001-97			UG/GESTÃO: (490020/490011/49009)00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			2	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		2	-
		Montante repassado (R\$)		1.433.266,44	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado (R\$)	-	-	
2009	Quantidade de contas prestadas			5	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		5	-
		Quantidade Reprovada			-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2008	Quantidade de contas prestadas			7	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		7	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado		-	-		
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: CGRA/SRA/MDA

Para o exercício de 2011, foi elaborado cronograma de visitas aos Estados convenientes com o objetivo de um acompanhamento sistemático. Será realizado o monitoramento a partir do fornecimento de dados pelos convenientes, dentro de uma periodicidade estabelecida, permitindo a identificação de pendências porventura existentes, contribuindo com as correções e estreitando, desta forma, as parcerias.

Como medida para aumentar a eficácia nas transferências de recursos, tem sido adotada a estratégia de uma maior aproximação com os outros setores do MDA envolvidos na tramitação dos processos para o repasse de recursos.

9. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Informamos que as informações sobre convênios e contratos de repasse firmados encontram-se disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

A Secretaria de Reordenamento Agrário não mantém disponível nenhuma informação no Sistema de Administração de Serviços Gerais (SIASG), uma vez que não são celebrados contratos administrativos sob a gestão dessa Unidade Jurisdicionada. A gestão de tais contratos fica a cargo da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração (SPOA/MDA).

10. Cumprimento das obrigações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e renda

Segue, abaixo, Quadro com a listagem dos servidores da SRA que apresentaram declaração de bens e rendas:

Matricula Siape	NomeServidor	Cod Funcao	Ano	Exercicio	Data Entrega	Descrição Declaração
1580049	ADELCLIONE GOMES DE SOUZA	102.1	2010	2009/2010	20/5/2010	Autorização
1572298	ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA	101.6	2010	2009/2010	18/6/2010	Declaração
1566558	ANA CLÁUDIA MARTINS DUARTE DE SOUSA	102.2	2010	2009/2010	25/5/2010	Autorização
2752910	ANDRÉ LUÍZ AMORIM SCHIAVO		2010	2009/2010	20/1/2010	Autorização
1795487	ANDRE LUIZ MARINHO	101.4	2010	2009	6/7/2010	Autorização
718034	ANTÔNIA PEREIRA DE SOUZA	FGR-2	2010	2009/2010	24/5/2010	Autorização
1795502	ARISTIDES BEZERRA FILHO	101.4	2010	2009	8/7/2010	Declaração
1552258	CAROLINA AZEVEDO DE ALMEIDA		2011	2011	29/3/2011	Autorização
1206682	CLEIDE CRISTINA SOARES	101.4	2011	2011	29/3/2011	Autorização
1202881	CRISTIANO PINTO CUNHA	101.4	2010	2009/2010	20/5/2010	Autorização
1767266	DANIEL ANDRADE COSTA	101.4	2010	2009/2010	12/3/2010	Autorização
1550938	DANIELE FERNANDES CUNHA	FG-1	2011	2011	29/3/2011	Autorização
1723588	DANIELY DE QUEIROZ CRUZ DA SILVA	102.1	2009	2008/2009	2/7/2009	Autorização
3453262	DINO SANDRO BORGES DE CASTILHO	102.4	2010	2010	21/6/2010	Autorização
1737552	DUILIO LOMBARDO		2009	2007/2008	9/11/2009	Autorização
1413757	EDILAINÉ CRISTINA DOS REIS SILVA	102.1	2008		19/6/2008	Autorização
718124	EDILANE DA SILVEIRA ALVES	102.1	2010	2009/2010	21/5/2010	Autorização
6024382	EDUARDO ANTÔNIO LOBO	102.3	2008		16/6/2008	Autorização
1744609	FABIO PONTES DE CAMPOS		2009	2008/2009	24/11/2009	Autorização
1341503	FÁTIMA ELIANE CARVALHO SOARES	102.2	2009	2008/2009	26/2/2009	Autorização
1483368	FERNANDA GOMES PHILOMENO	102.2	2009	2008/2009	26/2/2009	Autorização
1474103	JOÃO MARIA FERREIRA		2009	2008/2009	16/11/2009	Autorização
718340	JOÃO PAULINO DE MACEDO	102.2	2010	2009/2010	20/5/2010	Autorização
1742931	KLEITON ROSA DE OLIVEIRA		2009	2008/2009	24/11/2009	Autorização
1740815	LARISSA TIMO ALMEIDA		2009	2008/2009	16/11/2009	Autorização
1479921	LEANDRO FERREIRA DA SILVA	102.1	2010	2009/2010	31/5/2010	Declaração

1853896	LEONARDO DOS SANTOS ANDRADE BARROS	102.1	2011	2011	22/3/2011	Autorização
1330509	LUCIANO DOS SANTOS VERAS	102.2	2010	2009/2010	12/5/2010	Autorização
1740630	LUIZ AUGUSTO COPATI SOUZA		2009	2008/2009	24/11/2009	Autorização
1557615	MANUELLA CAROLLINE CARVALHO DA SILVA	102.1	2009	2008/2009	31/7/2009	Autorização
1736614	MARCELO BARBOZA CARALO	102.2	2009	2008/2009	6/11/2009	Autorização
3473871	MARCIO RIBEIRO DA SILVA	101.3	2010	2009/2010	18/3/2010	Autorização
1750350	MARCOS APARECIDO GONÇALVES		2010	2009/2010	18/1/2010	Autorização
1660601	MARISA APARECIDA DE LIMA	102.1	2008		17/10/2008	Autorização
1219709	MARLON DUARTE BARBOSA	101.4	2009	2009	28/8/2009	Autorização
661555	NILZENIA LINO BARRETO	102.2	2008		1/7/2008	Autorização
1473932	OKSANA MARIA GUSKOW	102.3	2010	2009/2010	21/5/2010	Autorização
6717559	OTAVIANO BATISTA NEPOMOCENO	102.3	2009	2008	19/3/2009	Autorização
1301002	PATRÍCIA TAVARES ARAUJO CALMON	101.4	2010	2009/2010	18/6/2010	Declaração
1726973	PEDRO HENRIQUE ALVES DO NASCIMENTO		2009	2008/2009	18/11/2009	Autorização
2211602	RAQUEL PORTO SANTORI	101.4	2010	2009/2010	27/5/2010	Declaração
1711473	RENATO DE ALENCAR KUHLMANN	102.1	2009	2009	13/7/2009	Autorização
1566645	TATIANE CRUZ SOUSA	102.2	2008		1/8/2008	Autorização
1740254	TIAGO SILVA VIEIRA		2009	2008/2009	17/11/2009	Autorização
1741882	VINICIO BERTAZZO ROSSATO		2009	2008/2009	24/11/2009	Autorização

11. Estrutura de controles internos da UJ

Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil					X

de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

12. Informações sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis

As informações referentes à gestão ambiental e licitações sustentáveis foram elaboradas para todo o Ministério do Desenvolvimento Agrário pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, visando compor o Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MDA e não constam, portanto, deste relatório.

13. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação

As informações referentes à gestão de tecnologia da informação foram elaboradas para todo o Ministério do Desenvolvimento Agrário pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, visando compor o Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MDA e não constam, portanto, deste relatório.

14. Recomendações do Órgão de Controle Interno

Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA/MDA			044988
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Fiscalização nº 01305	3.2	Ofício nº 196/2010-6º OFÍCIO/CACM/PR-RN
2	Relatório de Fiscalização nº 675	3.3	Ofício nº 303/2010-JMNJ/PR/MA
3	8º Sorteio do Projeto de Fiscalização	9.1.9	Aviso nº 541/2009/GM/CGU-PR
	Ordem de Serviço 220262 – UF: SE		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1 - SRA/MDA			044988
2 - SE/MDA			044813
3 - MDA			17125
Descrição da Recomendação:			
1 – Manifestação sobre ausência de documentação comprobatória de despesas – Convênio SEARA/RN nº 154/2005.			
2 – Reparação sobre inconsistência nas informações de realização do objeto – Convênio ITERMA/MA nº 036/2004.			
3 – Adotar providências para a constatação de informações insuficientes no Plano de Trabalho do Convênio EMDAGRO/SE nº 109/2007.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
1 - SPOA/MDA			045593
2 - CGRA/SRA/MDA			102035
3 - CGRA/SRA/MDA			102035
Síntese da providência adotada:			
1 – Solicitação de documentos e justificativa à ausência de documentação comprobatória de despesas, através do Ofício nº 247/SPOA/MDA/2010			
2 – Elaboração da Nota Técnica nº 14/CGRA/SRA/MDA/2010, prestando esclarecimentos e solicitação de peças técnicas à Convenente.			
3 – Elaboração do Despacho nº 38/CGRA/SRA/MDA/2010, prestando esclarecimentos.			
Síntese dos resultados obtidos			

1 – Ressarcimento à União da parte da Convenente.
2 – Envio pela convenente das peças técnicas solicitadas.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

15. Declaração do contador responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
PROGRAMA DE CADASTRO DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL			490020
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) A Unidade Gestora 490020 – Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil foi criada com a finalidade de detalhar a execução do Contrato de Empréstimo n.º 1633/OC-BR firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a República Federativa do Brasil, sendo assim nesta UG são firmados convênios e contratos para o cumprimento do referido Contrato de Empréstimo, operacionalizada por servidores da Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	24/02/2011
Contador Responsável	Vanessa Rodrigues Gaspary	CRC n.º	015760/O

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRARIO			490009
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	24/02/2011
Contador Responsável	Vanessa Rodrigues Gaspary	CRC n.º	015760/O

16. Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos

Os aspectos negativos, observados no exercício de 2010, que impactaram a execução das metas previstas do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, no âmbito do Contrato de Empréstimo N° 1633-OC/BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, ficaram a cargo da decisão de se rescindir, por descumprimento contratual, todos os quatro contratos celebrados com uma das empresas responsáveis pelos levantamentos de campo nos Estados da Bahia (Lote 1), Minas Gerais (Lote 4), São Paulo (Lote 5) e Maranhão (Lote 3), apenas o último ainda não ultimado.

Os aspectos positivos ocorridos com o Programa dizem respeito ao desenvolvimento de uma ferramenta de gestão dos trabalhos de cadastro e medição, denominada Sistema de Gestão Territorial - SGT, que possibilitará o conhecimento da malha fundiária nas áreas de abrangência dos convênios celebrados, permitindo ações de planejamento. Outro ponto positivo foi a utilização da metodologia de varredura, com o levantamento de todos os imóveis rurais do município.

As ações desenvolvidas no exercício de 2010 permitiram, ainda, o fortalecimento institucional dos Órgãos Estaduais de Terra - OET, através da aquisição de veículos e equipamentos de informática, o conhecimento da estrutura fundiária dos municípios onde foram realizados os serviços, possibilitando a Regularização Fundiária, a segurança jurídica dominial e o acesso às políticas públicas pelos beneficiários.